

1. ESPÍRITO SANTO: BREVES TRAÇOS ECONÔMICOS

1.1. Considerações Gerais

No início da década de 1930, a economia brasileira passou por inúmeras transformações sócio-econômicas, impulsionadas pela industrialização. Houve desde então uma desconcentração das atividades produtivas e uma maior integração do mercado interno. Antes disso, uma economia marcada pelo modo agrário-exportador, com um modelo de crescimento para fora, dificultava o desenvolvimento de um mercado nacional integrado.

Nos anos 1960, segundo Mota (2002), esse processo é reforçado pelo Plano de Metas, que estimulou os investimentos públicos e privados na indústria pesada e de bens de consumo duráveis. A forma como o processo de industrialização se formou, com acumulação de riquezas, privilegiou a região de São Paulo, concentrando nele os principais gêneros da indústria brasileira no período. Nesse período, foi permitido às regiões brasileiras aproveitar as oportunidades para a criação de suas indústrias, inclusive o Espírito Santo, apesar de ter iniciado tardiamente sua industrialização. A formação de mercados internos integrados impôs uma situação de interdependência entre as regiões brasileiras. Até os anos 1960, o estado do Espírito Santo, por se localizar na região Sudeste, foi colocado às margens da integração comercial e produtiva, sustentando o modelo agrário exportador baseado no café.

Para o Estado, especificamente, o modelo impediu que houvesse um grande crescimento industrial, por não possibilitar a concentração do capital e a divisão do trabalho. De fato, o baixo dinamismo do café impediu a acumulação do excedente para alimentar o dinamismo industrial. Isto representou um fator determinante para sua fraca inserção na economia nacional, passando a integrar o processo de desenvolvimento de maneira mais efetiva a partir de 1970.

A década de 1980 foi um período muito complicado para a economia brasileira. A chamada “década perdida” foi marcada pelo crescimento das dívidas e da inflação, que provocou a queda profunda do nível de atividade do país. De fato, para Lacerda et. al. (2003) a “década perdida” como ficou conhecida, foi marcada pela queda acentuada do PIB brasileiro, queda nos investimentos, retração da produção industrial em 10%, crescimento das dívidas internas e externas e ascensão inflacionária. Todos esses fatores, agravados pela moratória mexicana em 1982, tornaram ainda mais dramática a situação do Brasil. Somente a partir de 1984, com a recuperação da economia norte americana, houve a retomada do crescimento da economia brasileira apoiada no aumento das exportações e no crescimento da renda agrícola, em função de uma alta nos preços dos produtos.

Embora sob um método de industrialização integrada, essa profunda recessão refletiu de maneira diferente nas diversas regiões brasileiras. Enquanto algumas economias se viram padecer junto à brasileira, outras reagiram de forma diferenciada, como o Espírito Santo.

A dinâmica proporcionada pela passagem para uma estrutura industrial-exportadora, fez com que o Estado continuasse a crescer ao longo dessa década. Ocorreram também nessa época a diversificação e a modernização agrícola, proporcionadas pela criação de novas linhas estaduais de financiamento.

Pode-se verificar no gráfico a seguir¹ (Gráfico 01) que, apesar das taxas de crescimento da economia do Espírito Santo e do Brasil apresentarem muitas oscilações, a taxa da economia capixaba esteve acima da taxa do Brasil durante muitos anos. Inclusive na década de 1980, em que houve uma queda relativamente menor desta taxa para o Estado no ano de 1981 e a partir de 1983, um salto da mesma frente à brasileira.

¹ As tabelas contendo os dados de todos os gráficos apresentados neste trabalho encontram-se nos anexos.

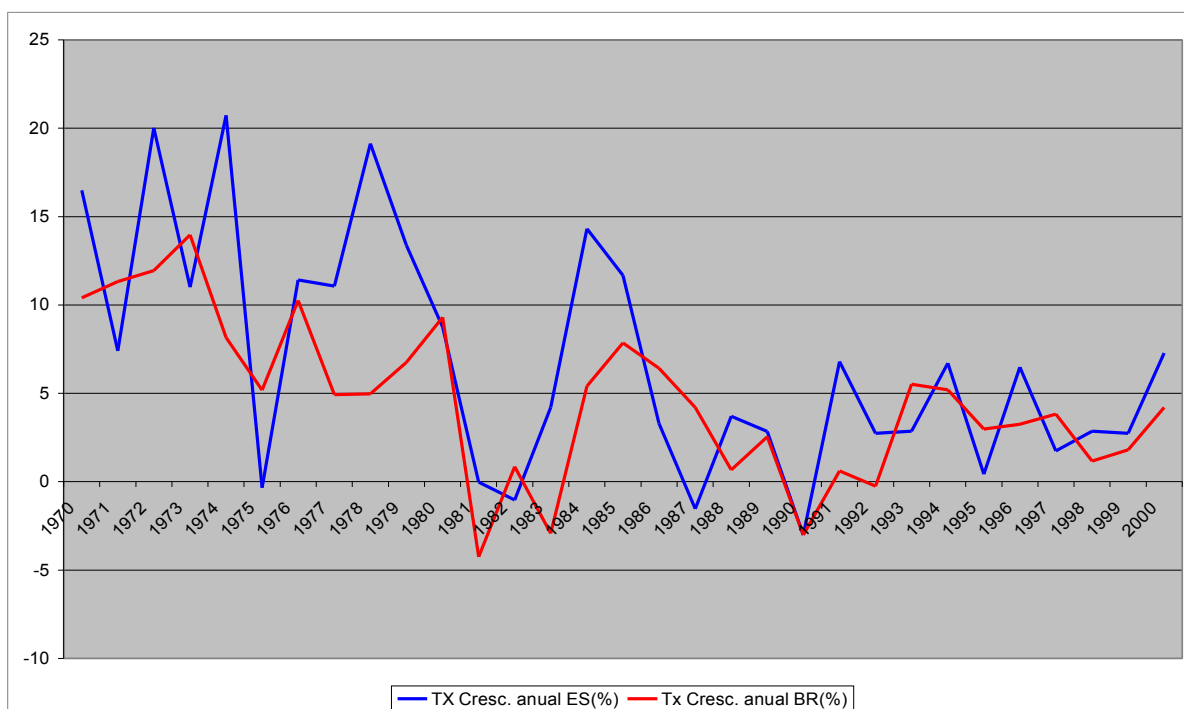


Gráfico 01 – Comparação entre as taxas de crescimento das economias do Espírito Santo e do Brasil (1970-2000)

Fonte: Elaboração da autora. Fonte primária dos dados: Espírito Santo em dados – Futura, 2003.

Nos anos 1990, a economia brasileira e, conseqüentemente a capixaba, passam por um novo período de transformações devido à abertura comercial e os preceitos impostos pela globalização dos mercados na qual, segundo Zanotelli (2004), muitos países diminuíram suas barreiras comerciais e políticas, caracterizando a grande movimentação dos mercados e das novas tecnologias, estreitando as relações extra-fronteiras dos diferentes países e provocando a reestruturação dos modelos de mercado. Na medida em que se avança em termos de integração econômica, as economias menos desenvolvidas tendem a ser influenciadas pelo crescimento das demais.

Nesse contexto, salientaram-se os problemas provocados pela industrialização tardia do país. De fato, de acordo com Mota (2002), as imposições de uma ordem globalizada têm levado à maior diferenciação dos espaços regionais, alguns deles ligando-se diretamente ao mercado externo. O perigo de uma “articulação desarticulada”, sem a salvaguarda de um Estado nacional forte e soberano que arbitre as divergências regionais é o estímulo às forças centrífugas que não só

aumentam as diferenças regionais como emperram a construção da nação. A adesão ao comércio externo se traduziu na incapacidade de construir uma política industrial que garantisse as condições ideais de competitividade das pequenas e médias empresas que formam a estrutura industrial capixaba.

1.2. Histórico da economia capixaba

1.2.1. Considerações gerais

A partir de 1850, o café passou a ocupar posição de destaque na economia capixaba, passando a significar elemento vital para a economia e a sociedade. Foi beneficiado pela queda da produção cafeeira no Rio de Janeiro, provocada pelo fim da escravidão, o que permitiu a expansão da fronteira agrícola capixaba. Apesar da queda do preço internacional do café, nos anos 1896-97, a média de exportação cafeeira do estado continuava aumentando. Assim, a crise não impediu que as exportações de café continuassem crescendo.

Esse crescimento continuou ao longo dos anos e também nas conjunturas dos conflitos mundiais ocorridos em 1914-18 e 1939-45. Almada (1993) afirma que,

[...] a adaptação da cafeicultura capixaba às crises cafeeiras torna evidente sua pouca mobilidade em direção a outras atividades econômicas. Pouco capitalizado e contando com grandes reservas de terras devolutas – que permitiam o avanço de sua fronteira agrícola num sistema de cultivo extensivo – o Espírito Santo não conseguiu livrar-se do jugo da monocultura cafeeira, que o manteve preso no decorrer do século XX. O café representou até 1935 a principal fonte de riqueza do Estado, tanto pela participação no valor total das exportações do Estado, quanto pela parcela de impostos arrecadados por esse produto.

Segundo Mota (1997), a estrutura produtiva do Espírito Santo até o início dos anos 1960 apresentou essas características, ou seja, pouco dinâmica e com caráter pouco diversificado, devido ao foco mantido no café². Somente na década

² Ainda segundo esse autor pode-se dizer que o “quadro representativo da indústria local no período anterior à década de 60 poderia ser resumido no seguinte: a indústria local era representada por setores tradicionais, compostos por pequenas unidades produtivas, de caráter artesanal, portanto, sem mecanização, o que aponta para uma baixa produtividade. De maneira

de 1960, o estado inicia o que ficou definido como primeira fase da industrialização capixaba, impulsionada a partir da crise do café. Mas, ainda assim, não houve uma mudança significativa provocada pelo crescimento industrial. Um segundo momento da industrialização capixaba foi vivenciado em meados dos anos 1970, com a vinda dos grandes projetos industriais, na qual se aproveitou das condições favoráveis de localização do Estado e dos incentivos promovidos pelo governo estadual. No entanto, essas grandes plantas industriais possuíam produção voltada principalmente para o mercado externo. E por isso, ainda há discordância a respeito dos efeitos e benefícios que realmente trouxeram para a indústria local.

Acredita-se assim, que a natureza estática e pouco diversificada da estrutura produtiva local ficou camuflada pelos crescentes números da atividade industrial até início dos anos 1990. Isso, pois, a partir dos investimentos dos grandes projetos nos anos 1970 e 1980, acreditou-se que estaria havendo um crescimento dos outros setores da economia.

Os anos 1990 foram marcados pelo surgimento das *tradings* e pela construção de inúmeras organizações com a finalidade de promover uma articulação para alavancar uma política estruturante, especialmente para a indústria. No entanto, a grande potencialidade que tinham essas organizações foi desperdiçada e não possibilitou grandes resultados. A manutenção das *tradings* também não proporcionou a diversificação produtiva e privilegiou algumas poucas empresas.

1.2.2. Expansão Cafeeira no Espírito Santo

Sabe-se que, durante todo o século XIX, o Brasil manteve a posição de maior produtor mundial de café. Apesar disso, o país não tinha muito poder de influência sobre os preços, que ficavam submetidos às regras do mercado internacional. Sendo assim, o preço do café era fator fundamental para o crescimento do setor

geral, a indústria no Espírito Santo era pouco dinâmica e sem importância significativa no contexto estadual”.

primário-exportador nacional, baseado na lavoura cafeeira. Os reflexos na economia do Espírito Santo estavam bastante vinculados a essa conjuntura, devido ao predomínio da atividade cafeeira na sua economia. Porém, com as quedas nos preços ocorridos a partir de 1906, o país viu-se obrigado a intervir nesse mecanismo, adotando medidas para manter os níveis de preços e a renda dos agricultores. Essas ficaram conhecidas como “políticas de valorização do café”. Embora não tendo participado dessas medidas, por causa da pequena parcela da produção estadual no total nacional, o Espírito Santo também foi beneficiado por elas.

De acordo com Rocha e Cosseti (1983), em 1920, grande parte dos estabelecimentos agrícolas era de pequenas propriedades, principalmente familiar. A propriedade da terra era pouco concentrada, reflexo da colonização européia baseada em pequenos lotes. Na maioria deles prevalecia o modo de parceria ou colonato, onde a produção cultivada era dividida entre o colono e o proprietário. Sendo assim, a expansão da lavoura estava restringida e condicionada ao trabalho familiar, fundamentada nas parcerias fixadas. Isto posto, atrelado ao baixo nível de ocupação e utilização produtiva das terras capixabas, reafirma o estabelecimento da agricultura familiar e da produção de subsistência das demais culturas. A pequena propriedade produtora de café baseada na mão-de-obra familiar não permitiu a constituição de um mercado de trabalho, da presença do trabalho assalariado e de métodos modernos de produção. Assim, a estrutura produtiva não sofreu grandes alterações nessa época. As demais culturas eram: o cacau, que passou a ser cultivado e incentivado pelo estado, em 1917; o algodão, estimulado para suprir a Fábrica de Tecidos de Cachoeiro de Itapemirim; a cana de açúcar, que era tradicional, ganhando pequeno ímpeto com a Usina Paineiras (Itapemirim) e a Usina Jabaquara (Anchieta); e a atividade extrativa vegetal, que se expandiu devido à evolução da exploração de madeira.

A expansão da lavoura cafeeira nesse período (proporcionada pelas políticas de valorização) levou o crescimento das demais culturas, embora o café ainda reinasse na pauta de exportações. A elevada parcela relativa do café na composição das exportações capixabas refletia o quão dependente deste produto

eram a economia e as receitas públicas em que o principal imposto arrecadado era o de exportação. As demais culturas representavam apenas 6% do volume exportado, tendo maior relevância a madeira serrada e os tecidos de algodão. Esse pequeno percentual não representou, no entanto, alterações significativas na agricultura capixaba.

No entanto, o aumento da produção de café provocado pela estabilidade de seus preços em bons níveis foi suficiente para movimentar o comércio e as receitas públicas, proporcionando ao Estado fazer maiores investimentos, sendo estes voltados para a ampliação e melhoria dos transportes. Isto resultou em modificações nos fluxos comerciais (essencialmente do café) e proporcionou a consolidação das grandes casas exportadoras no mercado local.

Ainda segundo Rocha e Cosseti (1983), o aumento da produção cafeeira e o desenvolvimento dos meios de transporte, ocorridos na década de 1920 fez com que Vitória, a capital do Espírito Santo, se tornasse o principal centro comercial do estado, e o Porto de Vitória, um dos importantes portos para escoamento das exportações do Brasil. Também nesse período, houve a melhoria das vias de transporte e a construção da Estrada de ferro Vitória-Minas, que aumentou o número de produtos escoados pelo porto capixaba, com a entrada dos produtos mineiros. A construção de estradas de rodagem nesta época compôs a maior parte da atuação do governo, com realização de importantes obras, melhorando e construindo trechos de ligação entre os municípios e as estradas de ferro.

1.2.3. O surgimento das indústrias capixabas

Se por um lado a economia capixaba, até os anos de 1930 estava voltada quase que exclusivamente à crescente atividade cafeeira para exportação, com base na pequena agricultura familiar. Por outro, esse tipo de atividade não proporcionou a acumulação de capital suficiente para impulsionar as indústrias locais. Isto porque, a estrutura produtiva existente era composta pela pequena propriedade e força de trabalho familiar, com ausência de relações de trabalho assalariado. Ou

seja, não havia uma concentração de capital capaz de gerar subsídios para o desenvolvimento das indústrias, pois estava pulverizado entre os pequenos proprietários.

Sendo assim, havia uma restrição ao desenvolvimento industrial imposta pela estrutura vigente. A pequena produção familiar possuía condições precárias, de baixa produtividade e produção, o que limitou a acumulação, determinada também pela pequena diversificação e tamanho da demanda local. Diante disso, não se via a possibilidade de que o capital fosse investido na indústria.

Neste contexto, segundo com Rocha e Cosseti (1983), a atividade industrial desenvolvida na época foi constituída de pequenas indústrias e artesanatos. Em 1907, foram detectados a existência de apenas 4 estabelecimentos industriais, localizados na capital do Estado, nos segmentos de fiação e tecelagem, fundição e obras sobre metais, móveis e decorações, e sabão e velas. O crescimento industrial no Espírito Santo ao longo desses anos se desenvolve balizado nos limites da acumulação de capital proporcionados pelo café e no baixo grau de urbanização, com o surgimento de estabelecimentos de pequeno porte para atender o elementar mercado local. Vários fatores atrapalhavam o crescimento como: o pequeno tamanho dos capitais privados locais (impossibilitando maiores investimentos), ausência de força de trabalho e matéria-prima suficientes, e a carência de infra-estrutura adequada. Apenas a partir de 1911, as indústrias em geral ganham novo ímpeto. A indústria passou a se desenvolver mais, especialmente no Vale do Itapemirim, embora baseada em atividades tradicionais, cujos processos de produção eram pouco complexos. A indústria capixaba crescia, mas ainda era muito pequena a participação da sua indústria no total nacional. Somente na década de 1920 surgiu a indústria de cimento, um pouco mais avançada. Esse pequeno avanço das indústrias foi proporcionado pelo apoio financeiro fornecido na época. No entanto, as mesmas sofreram uma crise logo após sua implantação, devido a fatores internos, como a estrutura econômica do estado, e fatores externos, como a 1ª Guerra Mundial.

De acordo com Buffon (1992), com o abandono das experiências industrializantes dos anos 1910, o café passa a receber novamente as atenções do poder público estadual. Investimentos em infra-estrutura ferroviária, portuária e rodoviária foram feitos. A supremacia cafeeira transparece na pauta de exportação. Dessa forma, a indústria pouco desenvolvida do Espírito Santo acabava por atender principalmente a demanda do mercado local. Eram pequenos empreendimentos, com faturamento anual baixo e empregando pouca mão-de-obra. Apesar disso, pode-se dizer que houve certa diversificação industrial nesse período com o surgimento de alguns ramos de atividade e com crescimento dos que já existiam. A indústria de produtos alimentares, baseado principalmente no café, os produtos de madeira, o ramo têxtil e de bebidas, foram as que mais se desenvolveram. Estes representavam ramos mais tradicionais. Os outros ramos se desenvolveram limitados pelo mercado local.

Como analisaram Rocha e Cosseti (1983), o fraco desempenho industrial capixaba neste período foi resultado dos rumos da economia estadual. O fato de não se constituírem relações de produção capitalistas, com trabalho livre e assalariado; de a formação de pequenas propriedades não favorecer a acumulação de capital; além do despreparo da infra-estrutura local (de energia, mão-de-obra, matéria-prima, etc.), não permitiu a construção de um aparato industrial sustentável para o surgimento de grandes indústrias, ficando a serviço dos pequenos empreendimentos. Assim, no final dos anos 1920, o que se via era uma estrutura econômica local baseada na lavoura cafeeira, como atividade principal e a indústria sendo restringida pelos entraves existentes. Somente em 1928, enfatiza-se a criação da primeira fábrica de chocolates no Estado, localizada em Vila Velha. A Garoto, cujo nome continua até os dias de hoje, é um dos exemplos de experiência que deu certo no mercado local.

1.2.4. Dos anos 1930 a 1960

A estrutura sócio-econômica da década de 1930 não foi muito diferente das décadas passadas. Nem as grandes transformações ocorridas no Brasil nesta

época foram capazes de revelar uma outra conjuntura para o Estado. A estrutura ainda se baseava na pequena propriedade familiar de produção. Até os reflexos da crise mundial de 1929 foram pequenos.

No Brasil, viu-se a constituição de uma base industrial pós-crise, mesmo que restringida, ocupando lugar fundamental na dinâmica de acumulação do capital. Mas essas mudanças não foram vislumbradas pelo Espírito Santo. Houve, em meados dos anos 1930, a evolução das lavouras cafeeiras, pelo melhor aproveitamento das terras das propriedades.

Segundo Buffon (1992), os anos 1930 representaram mais uma década sem grandes transformações estruturais na economia capixaba, apesar da grandeza da crise de 1929, com reflexos na aceleração do comércio interno. As proporções das exportações de café feitas diretamente com o exterior e a importância desse produto nas exportações internas atestam a continuidade da estrutura. O Espírito Santo representava, assim, uma daquelas regiões onde a indústria não se desenvolveu em volume significativo. A origem de outras fontes produtoras na época como, cimento, tecidos e produtos alimentares, foram tentativas de industrialização ocorrido nos anos anteriores, mas não representaram atividades com grande crescimento.

Diferentemente dos anos trinta, os anos 1940 e 1950 foram marcados por intensas transformações no estado. No início da década de 1940, os solos para a lavoura de café começam a esgotar, dificultando o modo de produção agrícola até então baseada na pequena propriedade familiar. De acordo com Buffon (1992),

[...] é no transcorrer dessas décadas que a expansão cafeeira atinge seu apogeu, esgotam-se as terras propícias no Sul, Centro e Norte e inicia-se uma forte, porém lenta, trajetória de decadência da cafeicultura no Espírito Santo, que duraria até a década de sessenta, quando houve as políticas de erradicação do café. Ao mesmo tempo em que aparecem novas fontes de dinamismo para a economia do estado.

Um agravante para tal decadência eram as condições na qual o café era produzido. O produto era de baixa produtividade, pouco competitivo e lucrativo, fazendo com que o estado fosse o mais atingido pelos programas de erradicação.

Como verificou Buffon (1992), posto que o café representava o principal produto e não tendo alternativas para substituí-lo, a agricultura perde seu dinamismo. Com isso começa a surgir espaço para a pecuária, se utilizando das terras que antes foram ocupadas por anos com o café. Nesse momento se destaca também o maior desenvolvimento da indústria de minerais não metálicos, principalmente cimento e beneficiamento de mármore, proporcionados pelo avanço do setor da construção civil decorrentes da evolução da urbanização. Além disso, a presença da CVRD, com o início (em 1942) das operações de embarque de minério de ferro no Porto de Vitória e a evolução de unidades industriais distribuídas por vários municípios colocaram uma nova conjuntura para o Estado. A exploração da madeira e o cultivo de cacau no norte vislumbraram grande importância nesse momento. Sendo assim, começa a haver nas regiões uma diversificação da produção, antes direcionada para o café. A crise do café representou, nessas décadas, uma modificação significativa para a economia estadual e considera-se que essa tenha como principal causa, o esgotamento do próprio modelo, sendo os fatores exógenos apenas culminantes para início de tal crise.

De acordo com Rocha e Morandi (1991), o início da primeira fase de expansão da economia capixaba situa-se em meados dos anos 1950, devido a dois acontecimentos importantes. O primeiro foi a implementação do Plano de Metas, do governo federal, dando prosseguimento à política desenvolvimentista da indústria. E o segundo foi a queda contínua dos preços do café a partir de 1955, consequência das super-safras, tendo seu momento mais crítico em 1962/1963, quando os preços atingiram o menor nível, continuando em baixa até 1975. A indústria, após meados da década de 1950 e mais nos anos 1960, ressurgiu de forma mais ativa, proporcionada pela intervenção das ações do Plano de Metas, pela viabilização de projetos proporcionados pela indenização dada na erradicação dos cafezais (IBC-GERCA³), criação de políticas de incentivos fiscais e a retomada do crescimento da economia brasileira em 1967.

³ IBC (Instituto Brasileiro do Café) - GERCA (Grupo Executivo de Recuperação Econômica da Cafeicultura), mais detalhes em ROCHA, H. C. e MORANDI, A. M. Cafeicultura e grande indústria: a transição no Espírito Santo 1955-1985. Vitória, FCAA, 1991.

Essas políticas vieram a promover uma busca por alternativas ao café, que provocou a criação de pequenos negócios comerciais e industriais. Houve nessa época a expansão da atividade de extração madeireira, empregando grande parte da massa de trabalhadores disponibilizados pela erradicação do café. A pecuária bovina, que já vinha se desenvolvendo, também ganha ímpeto, pela expansão do número de terras propícias para pastagens.

E ainda, como expôs Rocha e Morandi (1991), a estrutura industrial foi gradativamente sendo modificada com a instalação da Companhia de Ferro e Aço de Vitória (COFAVI), em 1963, e da Itabira Agro-Industrial S.A., também nesse período. Essa nova composição deu ao estado a oportunidade de expandir na categoria de bens intermediários com o desenvolvimento da metalurgia, de produtos em geral destinados à construção civil e da exploração da madeira. Outras atividades, embora em participações bem menores, também apareceram na estrutura industrial capixaba, como: bebidas, têxteis, mobiliário, vestuário, calçados (tradicional) e materiais de transporte e química (não-tradicionais).

A partir daí, mais políticas de incentivos fiscais e investimentos eram injetadas na economia estadual com o objetivo de promover o crescimento industrial. Os recursos disponíveis procuravam atender as demandas pelas instalações de indústrias e o fornecimento de infra-estrutura como energia elétrica, rodovias, portos e comunicações. Construiu-se assim, uma base de condições adequadas para a continuação e expansão do desenvolvimento industrial do Espírito Santo. Pode-se dizer que, este período parece representar a gênese de alguns dos atuais arranjos produtivos constituídos atualmente no Espírito Santo. Apesar de na época ainda não se ter esse tipo de pensamento, a explanação mostra o surgimento das atividades que hoje, no Estado, compõem os APLs.

1.2.5. Anos 1970 até 1980

De um estado agrário-exportador, baseado no café, o Espírito Santo, quando inserido na lógica, da economia brasileira passa a integrar efetivamente o

processo de industrialização. Porém transformações mais significantes só foram ocorrer na segunda metade da década de 1970, acompanhando o crescimento brasileiro, quando foram adotadas diversas políticas de incentivos. O principal instrumento utilizado especificamente para o desenvolvimento capixaba foi o FUNRES – Fundo de Recuperação Econômica do Espírito Santo, com o objetivo de estimular a indústria, numa época em que a cultura do café entrara em crise.

Esse instrumento ligado às demais políticas de desenvolvimento capixaba, passaram a modificar a estrutura produtiva e a representar um grande reforço para o crescimento industrial. Foi na década de 1970 que o estado confirmou sua posição integrada ao mercado nacional e quando começaram a ser direcionados para ele grandes investimentos, auxiliado pelo II PND (Plano Nacional de Desenvolvimento), pela presença de grandes empreendimentos e pela estrutura que eles impõem como, por exemplo, a Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) e suas ações estratégicas, fornecendo infra-estrutura ferro-portuária.

Segundo Rocha e Morandi (1991), o crescimento do investimento privado e estatal proporcionados pelo “milagre econômico brasileiro” aproveitou-se das condições favoráveis de localização industrial do Espírito Santo (infra-estrutura de transportes, comunicações e energia elétrica. etc.) e da presença de um forte sistema de incentivos, possibilitando a implementação de vários projetos industriais no estado. A nova realidade impôs ao Espírito Santo um reordenamento econômico, provocando a dinamização de sua economia. Além do FUNRES, várias outras instituições⁴ foram criadas, gerando um ambiente favorável para a alavancagem do desenvolvimento capixaba. Cada uma dessas instituições tinha um propósito, buscando traçar planos e metas estratégicas que colaborassem com o objetivo principal: fornecer subsídios para a industrialização.

Os recursos foram aplicados principalmente para gêneros da indústria de transformação, porém não promoveu a diversificação da estrutura produtiva

⁴ Alguns exemplos: FINDES (Federação das Indústrias do Estado do Espírito Santo, 1958), EMCATUR (Empresa Capixaba de Turismo, 1967), BANESTES (Banco do Estado do Espírito Santo, 1969), BANDES (Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo, 1969), FUNDAP (Fundo para Desenvolvimento das Atividades Portuárias, 1970), GERES (Grupo Executivo para a recuperação econômica do Espírito Santo, 1969), dentre outros.

estadual, à medida que estavam sendo aplicados nos setores tradicionais presentes na economia. De qualquer forma, ressalta-se que a realização desses incentivos foi de grande importância para o crescimento da indústria, principalmente a de transformação. Simultaneamente, houve o aumento das relações comerciais inter-estaduais e internacionais, representando outro fator de dinamismo para a economia capixaba.

O sistema estadual criado para fomentar a industrialização do estado funcionou inteiramente bem, atingindo seu objetivo, como analisou Mota (2002). E ainda, a década de 1970 também seria marcada pelo movimento de atração de grandes empresas, justificado pela formação de um clima propício para o surgimento de negócios adjacentes a estes, o que traria muitas vantagens para as indústrias locais. Além desse estímulo, as novas plantas industriais também aproveitariam os benefícios derivados principalmente da presença do Porto de Vitória e da CVRD. As atividades desses grandes empreendimentos e a infra-estrutura proporcionada por eles, como a construção do Porto de Tubarão pela CVRD, em 1966, trouxe para o Estado grande salto industrial. Posteriormente, foram implantadas a Aracruz Celulose (1979) e a CST (1983). A esses investimentos denominaram-se os “Grandes Projetos”, grandes responsáveis pelo aumento da participação da indústria extrativa mineral no estado e no Brasil.

De acordo com Mota (2002) o argumento em defesa da atração dos Grandes Projetos era de que o estado não conseguiria avançar em seu processo de crescimento industrial se contasse apenas com os recursos mobilizados pelo sistema de fomento, considerado suficiente apenas para o investimento de pequeno e médio porte. Sendo assim, seriam necessários grandes investimentos que garantissem a diversificação da estrutura urbano-industrial capixaba. A idéia era de que se gerassem, a partir deles, efeitos indutores aproveitados pelas empresas locais ao se integrarem aos Grandes Projetos, sendo-lhes fornecedores de insumos ou serviços e também pela oportunidade de novos investimentos.

Na década de 1980, apesar da crise na economia brasileira, o Espírito Santo foi um dos estados que obtiveram crescimento. Isto pode ser verificado pela

evolução do PIB capixaba neste período e pelo aumento da participação do PIB do Estado no PIB do Brasil, representados nos gráficos 02 e 03, respectivamente.

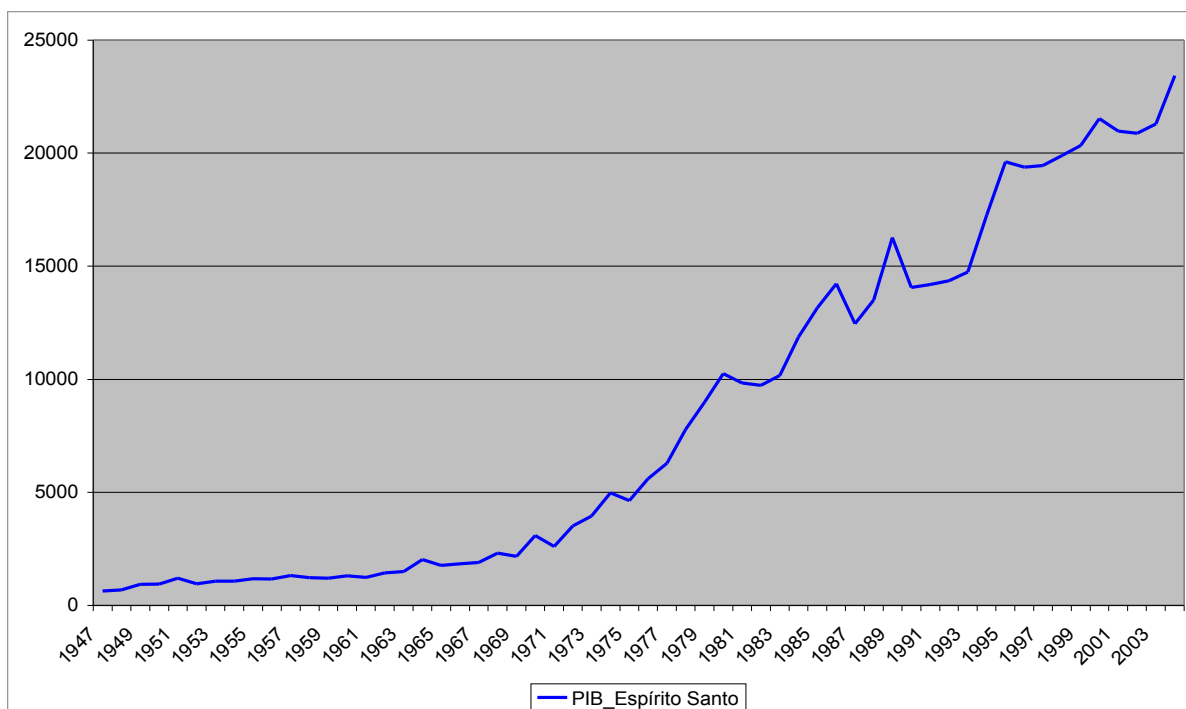


Gráfico 02 – Evolução do PIB do Espírito Santo (1947-2005) - R\$ de 2000 (milhões)

Fonte: Elaboração da autora. Fonte primária dos dados: IBGE.

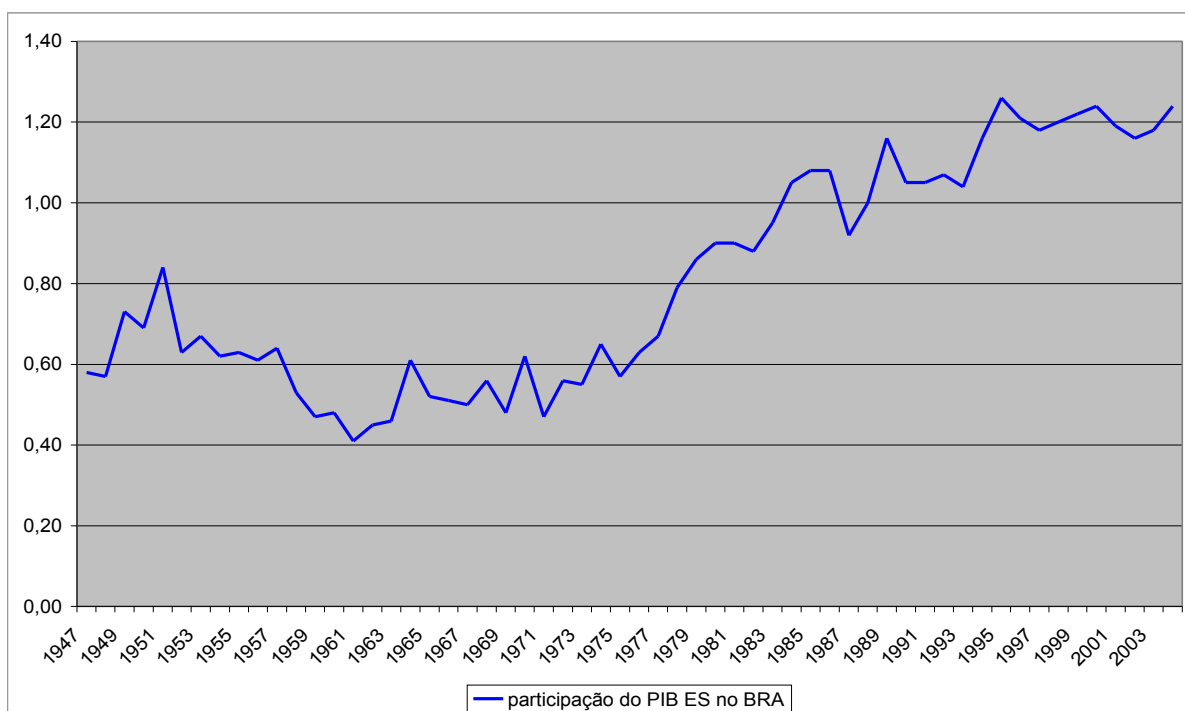


Gráfico 03 – Participação (%) do PIB do Espírito Santo no PIB do Brasil (1947-2005)

Fonte: Elaboração da autora. Fonte primária dos dados: IBGE.

Como pode ser visto, mesmo com o período de crise na economia brasileira, a economia do Espírito Santo prosperou. Este movimento foi possível pelo aumento da participação relativa das exportações capixabas no total nacional, pela maturação dos Grandes Projetos e pela variação da estrutura produtiva local. O mercado externo foi então a saída quando houve a limitação provocada pela queda das atividades no mercado interno.

Nesse período também foram criados programas especiais de apoio às empresas, em especial às micro e pequenas, buscando alcançar um maior número de segmentos econômicos. Os recursos, apesar de se concentrarem predominantemente na região da Grande Vitória, tiveram parte, embora bem menores, em algumas importantes cidades do interior, como Cachoeiro de Itapemirim e Linhares. O contexto de crise vivido pela economia brasileira não atrapalhou muito a realização de investimentos no estado.

Embora o Espírito Santo se tornasse, a partir daí, um estado industrial-exportador, tendo destaque a indústria extrativa mineral, ele se especializou em produtos industriais semi-elaborados, com baixo valor agregado, voltados para o mercado externo, apoiado em uma base de recursos minerais e em boa infra-estrutura portuária. Notou-se também uma baixa integração dos Grandes Projetos com a estrutura local. Muito embora se deva ressaltar que eles representaram uma revolução do mercado de trabalho local pelo número de empregos gerados direta e indiretamente às suas plantas. A defesa a favor dos Grandes Projetos durou até os anos 1990, quando houve a ruptura dos recursos direcionado à eles, na medida em que foi percebida a não influência ativa desses empreendimentos na economia capixaba, pois suas demandas estavam sendo atendidas por empresas de fora do Estado. (MOTA, 2002).

No final dos anos 1980, o Estado vislumbrou a geração de uma estrutura de apoio à Ciência e Tecnologia, de forma a incorporar o processo de investimentos em estrutura produtiva ao desenvolvimento de novas tecnologias, na tentativa de proporcionar um caráter sistêmico à economia estadual.

Neste sentido, de acordo com Mota (2002), destacam-se a criação de Centros Tecnológicos, principalmente os de Mármore e Granito, de Confeções e do Café, a criação do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico (PADTES) e da Incubadora de Empresas (a TECVITÓRIA, esta, já na década de 1990). Além dessas iniciativas, que pouco funcionaram na prática, a Universidade Federal do Espírito Santo ganhou espaço. Instituições como FINDES (Federação das Indústrias do Espírito Santo) e SEBRAE/ES (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas) constituiriam juntos às demais citadas, um núcleo privilegiado de desenvolvimento das atividades de apoio à modernização tecnológica e à C&T.

No entanto, a atuação dessas organizações criadas foi praticamente perdida. Na medida em que se prolonga a crise brasileira e a crise fiscal estadual, junto à desarticulação, despreparo e desinteresse dos atores envolvidos, o ambiente criado, que poderia significar um grande salto para a economia estadual, não funcionou efetivamente.

Após 1985, houve a recuperação da economia brasileira, no entanto o estado passou por uma fase de desaceleração industrial. Primeiro porque ele apresentou certa autonomia na situação que ocorrera com o país e, independente dela, garantiu crescimento no período, devido à maturação dos Grandes Projetos e aos programas de incentivos. Não se construiu assim, uma ligação de empresários destinados a defender e levar adiante o desenvolvimento industrial e ainda, com a inserção não planejada no comércio internacional, criou-se oportunidades fora do âmbito industrial, aproveitadas em detrimento ao incremento industrial. Além disso, as políticas de incentivos foram se perdendo, levando com ela o dinamismo da indústria local. A diminuição do papel do estado na economia representou a ruptura de um Estado planejador e produtor e, ainda, para o Espírito Santo, nas palavras de Mota (2002),

[...] a crise nas finanças e a apropriação do aparelho de Estado por um grupo de empresários ligados ao comércio externo, nos anos 90, sepultariam as ações voltadas para o planejamento.

1.3. O surgimento de instituições e mecanismos de apoio e seu pequeno aproveitamento nos anos 1980 e 1990

Esse tópico resumirá alguns aspectos a respeito da promoção da inovação tecnológica do Espírito Santo a partir do início dos anos 1980. Várias organizações e instituições de apoio foram criadas no Estado, como forma de política industrial para promover o desenvolvimento local. Embora talvez seja um pouco cedo para se dizer que não deu certo, o fato é que se está a quase 20 anos do surgimento de iniciativas que favoreceriam vitalmente o desenvolvimento local, mas que ainda não atingiram seu potencial nos dias de hoje. Embora, recentemente, se puderam vislumbrar alguns de seus efeitos.

A partir do estudo de Mota (1997) relaciona-se aqui, relevantes pontos a respeito da instalação da política industrial para o desenvolvimento do estado no período. O final da década de 1980 foi marcado por uma maior articulação de atores locais em direção à institucionalização de mecanismos de fomento e desenvolvimento, tendo a ampliação da base científica e tecnológica como ponto marcante. Esse aparato institucional representaria um conjunto de instrumentos que deveriam proporcionar à estrutura produtiva local responder ao processo de reestruturação industrial e aos novos requisitos da competitividade.

Com a constituição do Sistema Nacional de Inovação no Brasil, nos anos 1950, abriu-se uma alternativa para se pensar em política industrial, tanto no país, como nos estados, particularmente no Espírito Santo. A alternativa embasaria a implantação de uma política científica e tecnológica compatível com a demanda da economia. Não obstante às instituições criadas antes da década de 1990, foi nesse período que o estado recebeu maior atenção para a questão científica e tecnológica, tanto da esfera pública, quanto da privada.

Baseado no autor citado, se descreve brevemente algumas principais instituições de apoio à Ciência e Tecnologia criadas e sua atuação⁵:

⁵ Maiores detalhes ver Mota (1997)

- O BANDES, criado em 1970, se torna na década de 1980 a principal organização de fomento da política científica e tecnológica, passando não só a financiar atividades nessa área, mas também planejar e executar ações para o desenvolvimento da mesma. Vários sub-programas foram reunidos no principal programa lançado pelo BANDES: o PADTES – criado para gerar condições para o surgimento e manutenção de atividades de P&D no estado.
- O surgimento do Sistema Estadual de Ciência e Tecnologia (SECT), de 1993, criando o Conselho Estadual de Tecnologia (CONCITEC), a secretaria de Planejamento do Estado de Ações Estratégicas e Planejamento (SEPLAE), dentre outros.
- O programa elaborado pelo SEBRAE/ES nessa área, denominado PATME (Programa de Apoio Tecnológico às Micro e Pequenas Empresas), com a finalidade de oferecer consultoria tecnológica às micro e pequenas empresas do estado.
- Os Centros Setoriais criados: CDMEC (Centro de Desenvolvimento Metalmeccânico), criado em 1988; Centro de Tecnologia de Software de Vitória (CTSOFT), criado em 1993; Centro Tecnológico das Indústrias de Confeção do Espírito Santo (CETECON), criado em 1989; e Centro Tecnológico do Mármore e Granito (CETEMAG), criado em 1988. À exceção do CTSOFT, criado para atuar no desenvolvimento e comercialização de softwares, as entidades foram designadas para a identificação e apoio necessário às carências e demandas técnicas e gerenciais das empresas ligadas aos setores da qual pertencem.
- A TECVITÓRIA (Incubadora de Empresas de Base Tecnológica), constituída efetivamente em 1995, com o objetivo de viabilizar a criação e o desenvolvimento de empresas geradoras de bens, processos e serviços de caráter inovador, competitivo e de alta qualidade técnica, contribuindo na geração de valor agregado na produção e, conseqüentemente, geração de renda e emprego local.
- Sistema FINDES (criado em 1958) passou a atuar em diferentes ações na área de C&T, fornecendo amparo ao desenvolvimento tecnológico. Abriga o Instituto Euvaldo Lodi (IEL), que visa dar apoio ao

desenvolvimento industrial e tecnológico do estado e atua na gestão empresarial para implantação de sistemas de qualidade.

- Criação do Conselho Municipal de Ciência e Tecnologia (CMCT) e da instituição do Fundo de apoio à Ciência e Tecnologia no Município de Vitória (FACITEC) pela Prefeitura Municipal de Vitória, com a finalidade de formulação de políticas para a promoção do desenvolvimento científico e tecnológico.

No entanto, como dito anteriormente, todos esses mecanismos e instituições criadas não obtiveram plenitude, não atingindo seu potencial. A seguir são citados alguns dos fatores, identificados por Mota (1997), que fizeram com que todas essas políticas, potencialmente promissoras, não gerassem grandes resultados:

- Primeiramente, e de fundamental importância, deve-se levar em conta o processo de formação econômica do estado, na qual não foi possível a acumulação de capital suficiente para grandes investimentos nas indústrias;
- A criação de todas as organizações foi feita num mecanismo chamado “de cima para baixo”, ou seja, a maioria delas não incorporou as especificidades locais;
- As instituições de ensino superior foram colocadas à margem do processo, pois não se percebeu uma aproximação significativa entre elas e o setor produtivo (empresas). Em se tratando da instituição pública federal, a UFES, são inúmeras as críticas nesse sentido, por causa de seu isolamento. No caso de instituições particulares, estas não se mostraram capazes de responder às demandas das empresas;
- A contraditória atuação do governo estadual, não definindo uma estratégia de ação relativa às políticas locais de desenvolvimento. Os programas não possuíam linhas e estratégias bem definidas;
- A não aproximação das entidades criadas e das já existentes com a estrutura produtiva e empresariado local, provocando uma divergência de objetivos e metas, e de necessidades e conteúdo dos programas, não proporcionando assim, resultados efetivos;

- A crise fiscal do estado, provocando uma falta de recursos para alimentar os programas estaduais criados;
- A constatação de que os agentes locais envolvidos atuam de forma bastante modesta, não favorecendo um grande envolvimento com a causa, e conseqüentemente, não proporcionado um salto maior na industrialização. Isso é refletido pelo predomínio do capital ligado ao comércio e pela baixa propensão para investimentos de risco. O pensamento de que a inovação refere-se à apenas à aquisição de uma máquina (por exemplo) prevalece sobre o pensamento da inovação sob a forma de P&D.

1.4. Desempenho capixaba a partir dos anos 1990

Na década de 1990, o estado sofreria os resultados da transformação ocorrida com a abertura comercial, na qual a questão regional deixara de ser relevante definitivamente, pois as atenções se voltavam quase exclusivamente ao movimento de adesão à “nova ordem mundial”. O processo de globalização traria, portanto, limites às questões voltadas à esfera regional.

De acordo com Mota (2002), o crescimento capixaba nesta década se daria, não pelo investimento industrial, mas sim por um forte componente especulativo. O perfil capixaba se tornou mais comercial que industrial. Houve mudanças expressivas na composição do PIB estadual, com crescimento do setor de construção civil e serviços relacionados, e queda na indústria. As importações e exportações capixabas aumentaram significativamente. A primeira devido à abertura comercial, às condições dos portos e pelos benefícios trazidos com criação do FUNDAP (Fundo de Desenvolvimento das Atividades Portuárias) na década de 1970, com o objetivo ampliar as importações pelo Porto de Vitória. A segunda, favorecida pelos Grandes Projetos, que proporcionaram uma estrutura industrial-exportadora, com a produção de semi-elaborados para o mercado externo. O gráfico 04 mostra a participação das exportações capixabas nas exportações brasileiras. O gráfico 05, a evolução das exportações do Estado.

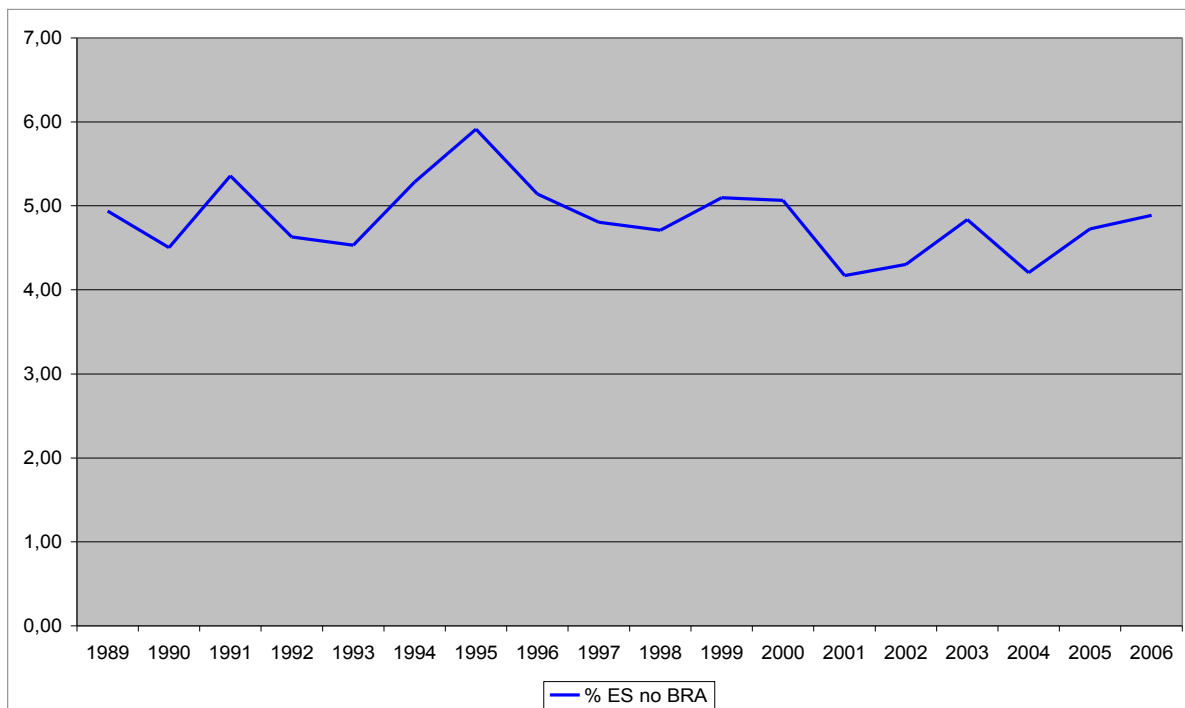


Gráfico 04 – Participação das exportações do Espírito Santo nas exportações brasileiras (1989-2006)

Fonte: Elaboração da autora. Fonte primária dos dados: Alice Web/MDIC.

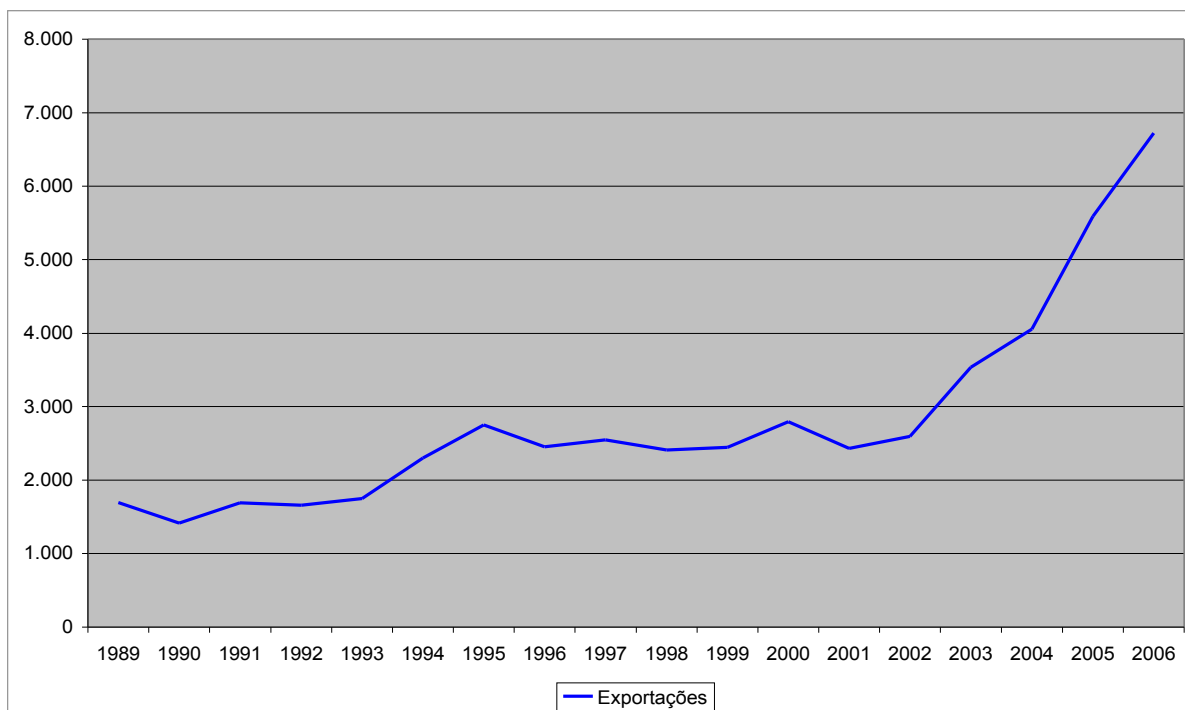


Gráfico 05 – Evolução das exportações do Espírito Santo (1989-2006) – US\$ milhões FOB

Fonte: Elaboração da autora. Fonte primária dos dados: Alice Web/MDIC.

Não obstante à grande oscilação nos dados verificada no gráfico 04, pode-se perceber que, na década de 1990, houve um salto da participação das exportações no período que se estende até o ano de 1995. Após esse ano, essa participação cai. Isto pode ser devido a vários fatores, como o aumento da participação dos outros estados, por exemplo. Mas, apesar da participação relativa ter caído nos anos posteriores, em termos absolutos, pode-se constatar que as exportações aumentaram expressivamente. Isto pode ser visto no gráfico 05, que representa a evolução das exportações do estado no período.

Deve-se ressaltar, no entanto, que o Espírito Santo não estabeleceu uma conjuntura com a chamada “vocação para o exterior”. Ou seja, apesar dos favorecimentos observados pelas vantagens no comércio internacional, notou-se que estes estavam camuflados, podendo-se dizer que, muito embora essa dinâmica trouxera benefícios indiscutíveis   economia capixaba, somente o fez indiretamente, não sendo diretamente aplicado ao seu desenvolvimento propriamente dito. Isto pode ser melhor explicado quando se questiona a idéia através de quatro pontos colocados por Mota (2002):

- A infra-estrutura portuária, embora tenha criado diversas oportunidades locacionais,   privativa das grandes empresas, sendo utilizadas prioritariamente por elas, não refletindo uma inter-rela o da estrutura capixaba em seu conjunto com o exterior;
- A estrutura produtiva capixaba era formada basicamente por PMEs que não estavam em condi es de disputar o mercado externo;
- Não era no estado que se produzia ou se consumia parte das mercadorias exportadas e importadas, não sendo realizados aqui os investimentos voltados   produ o (gerando empregos e impostos). De fato, aproximadamente 90% da pauta de importa es foram destinadas a outros estados. O FUNDAP atraiu importadores para operarem pelo Porto de Vitória com benefícios, encobrindo a participa o estadual no total das importa es;
- Além de existirem evidências de que o crescimento da economia capixaba estava associado   estrutura produtiva tradicional.

A década de 1990 foi marcada também pelo surgimento sem precedentes das empresas de *tradings*, com a intensificação das atividades ligadas ao comércio internacional, proporcionadas pelo FUNDAP. Porém, essa experiência não promoveu a diversificação produtiva e mais, mostrou certa concentração e seleção, privilegiando apenas algumas poucas empresas. No âmbito das micro e pequenas empresas observou-se um desvio de interesse público para a orientação de uma política industrial mais ativa, atendendo a nova atividade mercantil-portuária. Isso onerou o crescimento industrial capixaba, que necessitava de atenção para continuar numa trajetória crescente. (MOTA, 1997).

Este aumento das importações pode ser verificado no gráfico 06, que mostra a evolução das importações capixabas no período de 1989 a 2006. No gráfico 07, está representada a participação das importações do Espírito Santo nas importações brasileiras.

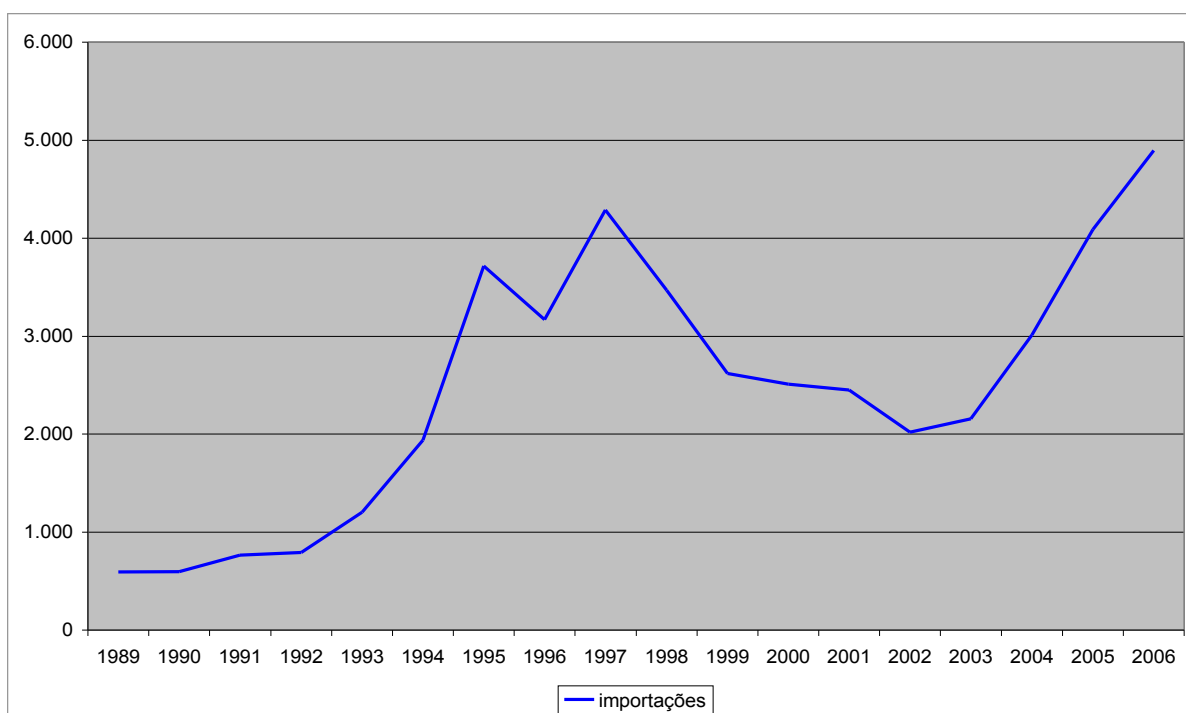


Gráfico 06 – Evolução das importações do Espírito Santo (1989-2006) – US\$ milhões FOB

Fonte: Elaboração da autora. Fonte primária dos dados: Alice Web/MDIC.

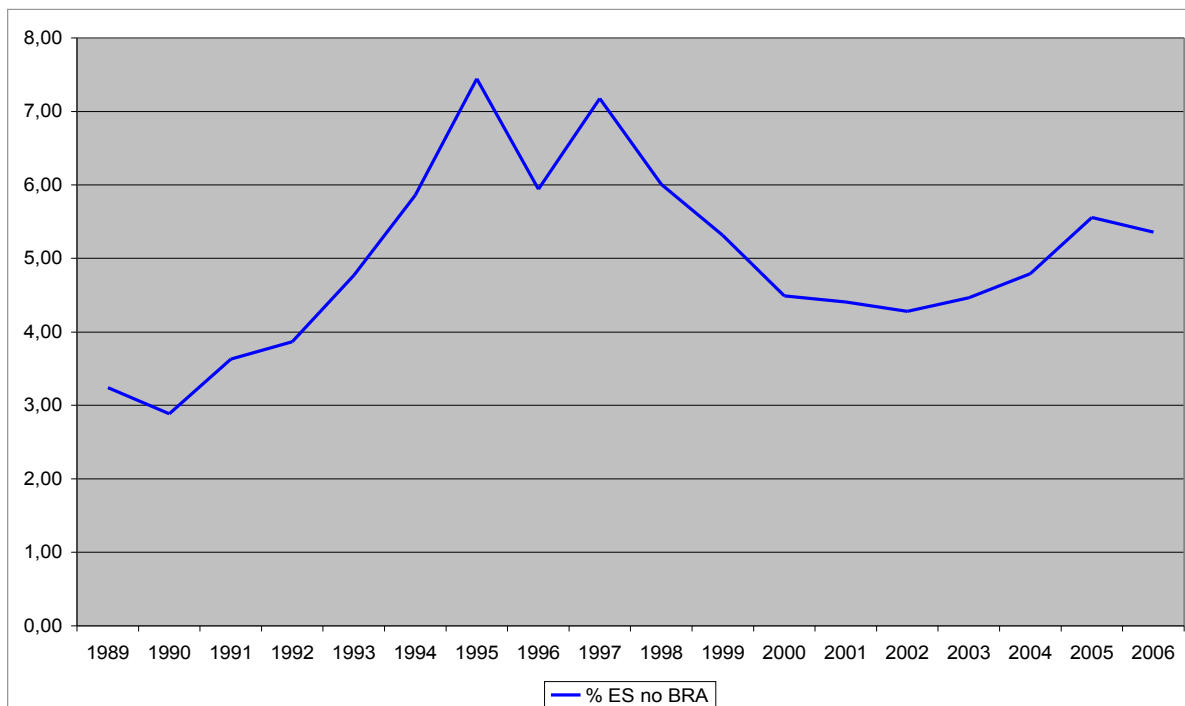


Gráfico 07 – Participação das importações do Espírito Santo nas importações brasileiras (1989-2006)

Fonte: Elaboração da autora. Fonte primária dos dados: Alice Web/MDIC.

Por outro lado, há o encadeamento do comércio interestadual, que ganha espaço na economia nacional, deliberado pelo conjunto de pequenas e médias empresas. No Espírito Santo, isto se tornou alternativa para essas empresas, configurando grande importância para suas estruturas produtivas, garantindo mercados e dinamismo para suas atividades.

No contexto da integração inter-regional da economia brasileira, o estudo do CREA-ES (2002) identifica que, nos últimos 30 anos, “o Espírito Santo apresentou um processo de diversificação industrial descontínuo, incompleto e desarticulado”. A composição da estrutura produtiva estadual apresenta-se segmentada em diversas empresas de pequeno porte e com reduzido número de implantação de grandes indústrias. Apesar disso, a ocorrência de alguma interação econômica entre esses dois níveis revela certa integração interna dos setores.

Entretanto, nos anos posteriores, observa-se um enfraquecimento do sistema de incentivos. Apenas o FUNRES continua ativado e, mesmo assim, com desvio da

participação dos incentivos da indústria para as atividades ligadas ao comércio exterior. A tentativa de criar um fomento que trouxesse um caráter sistêmico à economia estadual foi totalmente deixada de lado no final dos anos 1990. Isto impediu também a internacionalização dos benefícios provocados pela terceira revolução tecnológica, distanciando cada vez mais as economias mais dinâmicas das menos desenvolvidas.

Houve também nesta época a redução da produtividade relativa da indústria estadual comparativamente à nacional. Mota (2002) explicita que, embora o desempenho da indústria extrativa continuasse considerável, com exceção do setor de mármore e granito (no qual o estado possui as maiores reservas do país) e da pequena extração de gás e petróleo, o estado não possuía reservas de recursos naturais para se firmar com uma participação significativa no agregado do Brasil. A indústria extrativa foi comandada pelas atividades da CVRD, em maior parte, integrando e complementando a economia mineira. Na indústria de transformação, além da queda da produtividade, se viu também os segmentos tradicionais perderem força no mercado estadual. Somente devido aos investimentos da Aracruz Celulose se pôde verificar um aumento da participação relativa desta indústria que por sua vez geraram importantes externalidades. Com a inauguração de uma serraria no sul da Bahia, abriram-se oportunidades para o surgimento da indústria moveleira de Linhares.

A década de 1990, então, foi também marcada pelos efeitos da política macroeconômica e pela aceleração da abertura comercial. Observou-se, ao mesmo tempo, uma deterioração das contas públicas, agravada pelo uso do instrumento fiscal de atração de importadores, desembocando uma crise fiscal, impondo limites ao estabelecimento de uma política sustentada de desenvolvimento.

Como pôde constatar o estudo de Caliman (2002), os incentivos fiscais criados nesta época desempenharam um papel muito importante na formação e consolidação de alguns arranjos produtivos locais significantes no estado, como a agroindústria, mármore e granito, turismo, confecção, metalmeccânico e moveleiro.

Porém, a percepção é que a construção e a continuidade da evolução da economia capixaba estavam ancoradas nos grandes projetos e na estrutura que eles proporcionaram, pois atraíam investimentos e se tornaram difusores de tecnologias. Segundo o autor, não há como dissociar, por exemplo, os avanços do setor madeireiro – silvicultura, produção de artefatos de madeira e indústria moveleira – do complexo silvícola e industrial da Aracruz Celulose. O mesmo pode ser afirmado para a relação dos setores metal-mecânico e de prestação de serviços industriais especializados, com forte ligação com o complexo minero-siderúrgico. Assim, o fraco desempenho da economia estadual nas décadas de 1980 e 1990 pode estar ligado a dois fatos. O primeiro estaria na própria crise da economia brasileira, que refletiu na economia estadual. O outro, seria a perda de dinamismo da economia estadual, em parte como decorrência do próprio modelo que se esgotava e pela ausência de liderança de um poder público estadual.

Os efeitos da abertura econômica e da globalização refletiram profundas transformações no mercado interno, com a inclusão do mercado externo competitivo. Algumas tendências podem ser identificadas a partir do novo modelo econômico. De acordo com o estudo de Molina (apud Caliman, 2002), por este fenômeno são identificadas várias tendências marcantes, como a tendência à aglomeração e agregação espacial. Os avanços tecnológicos e a queda das barreiras entre espaços redefinem os pesos relativos dos fatores locais. Preços relativos de fatores não são mais determinantes. Outros determinantes da competitividade sobressaem, como: ambiência científica e tecnológica, condições gerais de vida, estrutura econômica, valores culturais e históricas, instituições e clima de negócio, capacidade empreendedora local, dentre outros.

Ainda de acordo com Molina, a impressão que se pode tirar desses fenômenos recentes ocorridos é que: esgotou-se o ciclo de grandes investimentos, pelo menos no formato inicial como na década de 1970. O que acontece agora são extensões (modernização ou expansão) ou desdobramentos dos já existentes. Maiores desdobramentos deverão ocorrer no setor petróleo, em consequência das novas descobertas. No entanto, essas atividades não deverão fugir muito das já existentes, apenas poderão receber impulsos.